



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO N° 016/2013/SEMA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA INSTITUTO
NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL-ESTUDOS E
PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
INP-LTDA-ME.**

MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO, inscrito no CNPJ/MF sob o n. ° 03.507.415/0023-50, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo seu Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. **José Esteves de Lacerda Filho**, brasileiro, casado, portador do RG n°. 85437 - SSP/MT e do CPF n°. 178.883.281-72, residente a Rua Montevideu, 365, Bairro Jardim das Américas, Cuiabá/MT, CEP: 78.060-589, nomeado pelo Ato Governamental n.º 10991 de 21/12/12, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL-ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP - LTDA - ME**, inscrita no CNPJ: 10.498.974/0001-09, localizada a Rua Lourenço Pinto, n° 196, 3º andar, centro, Curitiba/PR, CEP: 80.010-160, neste ato representada pelo Sr. **Ruimar Barboza dos Reis**, RG 4.418.244-0 SSP-RS, CPF n° 815.706.009-53, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 247670/2013/SEMA**, na modalidade de compra direta, sujeitando-se aos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de orientação jurídica em Licitações e Contratos Administrativos com fornecimento da revista LICICON, para atender a Coordenadoria de Aquisições e Contratos da **CONTRATANTE**.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

2.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços encontram-se indicados na tabela abaixo, conforme **Termo de Referência/Projeto Básico n° 001/2013**.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ASSINATURA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ENVIO MENSAL DO PERIÓDICO LICICON.	01	R\$ 1.245,00	R\$ 1.245,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA/CONSULTORIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ILIMITADO).	01	R\$ 3.990,00	R\$ 3.990,00
03	ACESSO A WEB NP DIGITAL.	01	R\$ 2.165,00	R\$ 2.165,00
VALOR TOTAL				R\$ 7.400,00

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 7.400,00** (sete mil e quatrocentos reais), pelos serviços efetivamente prestados, a serem pagos em parcela única, comprovados por meio de atesto do setor demandante - **COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS/SEMA**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Assinar o contrato com a **CONTRATANTE** no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação formal;

3.2. Retirar a Nota de Empenho no **prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

3.3. Retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de até 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

3.4. Executar os serviços de acordo com a Cláusula Segunda, pretendidos pela **CONTRATANTE**, imediatamente após solicitação formal através de Ordem de Fornecimento;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.5. Executar o objeto contratual dentro do prazo estipulado, sem atrasos, e nas condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico nº 001/2013, anexo I, bem como na Carta Proposta nº 30972/2013 apresentada pela **CONTRATADA**;

3.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

3.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

3.8. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe a **CONTRATADA**, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

3.9. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

3.10. Encontram-se incluídos no preço dos serviços, que constituem as obrigações da **CONTRATADA** no presente contrato, os materiais e mão-de-obra necessários à boa execução dos mesmos;

3.11. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratual em que se verificarem vícios ou incorreções, resultantes da execução do serviço;

3.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **CONTRATANTE**;

3.13. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.14. Disponibilizar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **CONTRATANTE**, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

3.15. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.16. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

3.17. Responder por toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

3.18. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

- 4.1. Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à **CONTRATADA**, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 4.2. Formalizar o contrato e convocar a **CONTRATADA** para assinatura nos termos da legislação pertinente e conseqüentemente emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 4.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**;
- 4.4. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 4.5. Receber o objeto deste contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas, conforme o Termo de Referência/Projeto Básico nº 001/2013;
- 4.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;
- 4.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, ficando a cargo da **Coordenadoria de Aquisições e Contratos/SEMA** a fiscalização deste instrumento contratual;
- 4.8. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
- 4.9. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços descritos no Termo de Referência/Projeto Básico nº 001/2013, anexo I, bem como na Carta Proposta nº 30972/2013 apresentada pela **CONTRATADA**, quais sejam:

- Assinatura pelo período de 12 (doze) meses da revista LICICON (enviada até o dia 05 de cada mês);
- Serviços de consultoria em licitações e contratos administrativos pelo período de 12 meses (ilimitado e acessível a 06 usuários);
- Negócios Públicos Digital, sendo acesso a Web NP Digital, com acesso por 12 meses (login sem acesso simultâneo).

5.2. Com relação a prestação dos serviços de Consultoria Jurídica ocorrerá da seguinte forma:

5.2.1. Consultoria por telefone (consultas ilimitadas): atendimento personalizado visando à solução de questões afetas às atividades cotidianas do órgão/entidade;

5.2.2. Consultoria por escrito (consultas ilimitadas), respondidas nos seguintes formatos:

a) PARECERES JURÍDICOS, enviados ao Consulente em até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

b) RESPOSTAS OBJETIVAS, enviadas ao Consulente em até 4 (quatro) horas úteis.

5.2.3. As respostas por escrito serão enviadas pela **CONTRATADA** no e-mail cadastrado;

5.2.4. As solicitações de consultas por escrito serão enviadas pelo Consulente, ora **CONTRATANTE**, por meio do site da **CONTRATADA** (www.negociospublicos.com.br), mediante uso de login e senha, informados após o fechamento do presente contrato;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.2.5. Considera-se PARECER JURÍDICO a resposta contendo o entendimento da equipe de Orientação sobre o tema solicitado, elaborada com fundamentação aprofundada, contendo transcrições legal, doutrinária e jurisprudencial, quando pertinentes. Sua destinação volta-se à resolução de problemáticas específicas tendentes ao esclarecimento tanto de eventuais casos práticos enfrentados pela Administração Consulente, quanto de temáticas em abstrato;

5.2.6. Considera-se RESPOSTA OBJETIVA aquela contendo o entendimento da equipe de Orientação sobre o tema solicitado, elaborada de forma sucinta e em tempo mínimo, com fundamentação legal, doutrinária e jurisprudencial, quando necessário, para atender questionamentos prementes da Administração;

5.2.7. Para fins de contagem do prazo em horas úteis, será considerado o horário de funcionamento da **CONTRATADA**, qual seja, de segunda a quinta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h, e sextas-feiras, das 9h às 12h e das 14h às 17h;

5.2.8 O atendimento telefônico será disponibilizado de segunda a quinta-feira, ininterruptamente, das 9h às 18h, e sextas-feiras, das 9h às 17h (fuso-horário de Brasília);

5.2.9. Recebida solicitação de RESPOSTA OBJETIVA e não havendo possibilidade de abordagem sucinta do tema, em razão de sua complexidade, a **CONTRATADA** entrará em contato com o Consulente, ora **CONTRATANTE**, a fim de verificar-se alternativa mais adequada ao caso;

5.2.10. Da mesma forma, em sendo recebida solicitação de PARECER JURÍDICO, constando questionamento que comporte análise sintetizada da questão proposta, será estabelecido referido contato com o Consulente, ora **CONTRATANTE**;

5.2.11. Na hipótese anterior, persistindo, o Consulente, no encaminhamento da solicitação no formato originário, estará eliminada a possibilidade de repetição da consulta (mesmo tema, assunto, perguntas ou variações mínimas) através da forma escrita alternativa;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.2.12. A consulta que envolver análise de diversos aspectos do mesmo tema, apresentando complexidade diferenciada, terá seu prazo de resposta estendido pelo tempo necessário, a critério da **CONTRATADA**, mediante comunicado prévio ao consulente, ora **CONTRATANTE**;

5.2.13. Quando uma mesma consulta contiver diversos questionamentos, cada qual sobre um tema diferente, serão consideradas, para fins de contagem de prazo para resposta, tantas consultas quantos forem os questionamentos; Mesma interpretação se aplica quando do envio de diversas consultas sequenciais encaminhadas pelo mesmo Consulente.

5.2.14. Nas hipóteses acima, a contagem de prazo da consulta subsequente será iniciada quando da finalização e recebimento pelo Consulente da resposta referente ao questionamento imediatamente anterior;

5.2.15. Dúvidas e questionamentos já respondidos expressamente pela **CONTRATADA**, não serão objeto de nova avaliação escrita;

5.2.16. A consultoria da **CONTRATADA** tem por linha de trabalho a solução de dúvidas objetivamente formuladas em consultas via telefone ou por escrito, não contemplando, portanto, análise documental (editais, recursos, impugnações, etc), atividade que inviabiliza a atuação dado o grande volume de solicitações diárias;

5.2.17. A senha de acesso à área restrita de assinantes é exclusiva d **CONTRATANTE**, vedada a sua utilização por terceiros alheios à contratação;

5.2.18. A **CONTRATADA** ficará obrigada a executar o fornecimento de revista mensal, nas condições contratadas, dentro dos padrões de qualidade, sem atrasos ou problemas na entrega do objeto, sob pena de descumprimento das cláusulas contratuais, sujeitando-se às penalidades descritas neste contrato e na lei 8.666/93.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos para pagamento dos serviços do referido objeto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO/ENTIDADE: 27101 - SEMA
Projeto/Atividade - 2007
Elemento de Despesa - 3390 3500
Fonte - 240

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não havendo recurso necessário na dotação indicada, será utilizada uma outra para suprir as necessidades do mesmo.

7. CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** conforme descrito na subcláusula 2.2, mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007-SAGP/SEFAZ, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal da **CONTRATANTE**, conforme a execução do objeto;

7.2. A **CONTRATANTE** se reserva no direito de suspender o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas falhas que porventura existirem, que tornem inviáveis ou prejudiquem a perfeita execução do objeto;

7.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas a **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;

7.4. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação;

7.5. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada a **CONTRATADA**, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.6. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

7.7. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do serviço (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

7.8. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome do *MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO*, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS** da **CONTRATANTE** para serem devidamente atestadas;

7.9. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

7.10. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

7.11. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

7.12. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

7.13. A **CONTRATADA** deverá apresentar situação regular quanto aos recolhimentos dos tributos, perante o fisco municipal, estadual e federal, inclusive com relação ao INSS e FGTS, conforme legislação pertinente;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.14. Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. Este instrumento vigorará por 12 **(doze) meses**, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA** assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância da Lei 8.666/93 e suas alterações.

10. CLÁUSULA DECIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução, negligência, erro, imperfeição, dano ambiental ou demora na execução, ou qualquer outra forma de descumprimento contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, estará a **CONTRATADA** sujeita, além da rescisão do contrato, às seguintes multas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Pela não execução dos serviços nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA**, a juízo da Administração, à multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A multa prevista no parágrafo primeiro será descontada dos créditos que a **CONTRATADA** possuir com a **CONTRATANTE** e



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no parágrafo terceiro item b.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à **CONTRATADA**, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO: Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

PARÁGRAFO QUINTO: As multas aplicadas, após o devido processo administrativo, deverão ser satisfeitas no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação por parte da **CONTRATANTE**. Uma vez não efetuado o recolhimento, o respectivo valor será descontado dos créditos que a **CONTRATADA** possuir com esta Secretaria, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PARÁGRAFO SEXTO: Se a **CONTRATADA** não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

11.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.2.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

12.2.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá - MT, 05 de julho de 2013.

JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
Secretário de Estado de Meio Ambiente
SEMA/MT

RUIMAR BARBOZA DOS REIS
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

KELLY ALMEIDA KORMANN
CPF: 823.964.001-00

ANA MARIA DE JESUS NASCIMENTO
CPF: 604.328.371-91